

Dossiê Arte, patrimônio e museu

Paula Ramos¹

Em junho de 2015, a pesquisadora e historiadora da arte espanhola Raquel Lacuesta Contreras esteve em Porto Alegre ministrando o curso *Metodologia da investigação em história da arte e da arquitetura aplicada à restauração monumental*. Organizado pela Profa. Elena Salvatori (Faculdade de Arquitetura/UFRGS) e por mim (Instituto de Artes/UFRGS), o curso lotou o auditório da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, com participantes que vieram de distintas regiões do Brasil para ouvir esta que é uma das maiores autoridades europeias no assunto.

Raquel trabalhou, durante trinta anos, no SPAL, Servei de Patrimoni Arquitectònic Local – Barcelona, fundado em 1914 e que tem promovido a conservação e o restauro de diversas obras emblemáticas da identidade catalã. Nos últimos 25 anos, o SPAL consolidou e sistematizou o chamado “Método da Restauração Objetiva”, cuja base é o trabalho multidisciplinar e a pesquisa histórica. Raquel Lacuesta Contreras é

¹ Paula Ramos é crítica, curadora e historiadora da arte, professora e pesquisadora do Instituto de Artes da UFRGS, atuando nos cursos de graduação em História da Arte e Artes Visuais, bem como no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da mesma Universidade. Mestre (UFRGS, 2002) e Doutora em Artes Visuais (UFRGS, 2007), ênfase em História, Teoria e Crítica de Arte. É autora de várias publicações no segmento da cultura e das artes visuais, com destaque para *A modernidade impressa – artistas ilustradores da Livraria do Globo – Porto Alegre* (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016), projeto contemplado pelo edital Petrobras Cultural – Memória das Artes 2012, também apresentado à comunidade na forma de exposição homônima, ocorrida entre junho e agosto de 2016 na pinacoteca do MARGS, Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli, em Porto Alegre. Organizou, entre outros, *A madrugada da modernidade* (Porto Alegre: Editora UniRitter, 2006), *Frantz – o ateliê como pintura* (Porto Alegre: edição do autor/Fumproarte, 2011), *A fotografia de Luiz Carlos Felizardo* (Porto Alegre: FestFotoPoA, 2011) e *Walmor Corrêa – o estranho assimilado* (Porto Alegre: Dux; São Paulo: Livre, 2015). Integrou a Comissão Editorial que coordenou a publicação *Pinacoteca Barão de Santo Ângelo – catálogo geral 1910–2014* (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015), obra que documenta e historiciza o acervo de 1.485 obras integrantes da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS, uma das coleções públicas mais importantes no segmento de artes visuais no Estado. Assina várias curadorias de arte moderna e contemporânea, muitas das quais agraciadas com o Prêmio Açorianos de Artes Plásticas – Destaque em Curadoria. Vive e trabalha em Porto Alegre.

cocriadora desta metodologia. No curso ministrado em Porto Alegre, ela estruturou sua fala em três eixos: [1] restauração de monumentos nos séculos XIX e XX, na Catalunha, Espanha; [2] metodologia e critérios de intervenção no patrimônio: o método histórico na restauração de monumentos e o papel do historiador em uma equipe multidisciplinar; [3] experiências de estudos históricos aplicados à restauração de monumentos. Sua fala, articulando questões artísticas, iconográficas, arquitetônicas e legislativas, além das históricas e metodológicas, revelou uma experiência pródiga não somente acerca da compreensão, mas da aplicação de conhecimentos interdisciplinares em projetos de restauração do patrimônio. Também sinalizou, de modo contundente, um veio de trabalho para diversos profissionais: arqueólogos, artistas, arquitetos, restauradores, historiadores da arte... O entusiasmo que despertou nos participantes foi tal, que muitos abraçaram a segunda etapa da atividade, desta vez na Espanha, com o curso *O restauro monumental na Catalunha*.

Grupo de estudantes e pesquisadores brasileiros junto ao sítio de La Seu d'Ègara, em Terrassa, Catalunha, fevereiro de 2016. Único em suas características na Europa, o sítio reúne três igrejas que conservam traços dos primeiros séculos do cristianismo, assim como do domínio visigodo e dos estilos românico e gótico.



Fotografia: Paula Ramos

Em fevereiro de 2016, ao longo de uma semana, conduzido por Raquel, o grupo de pesquisadores e estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo (UFRGS e UCS), Conservação e Restauro (UFPEL), História da Arte (UFRGS) e Museologia (UFRGS), além de profissionais do IPHAN e da EPAHC/Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, realizou uma série de visitas técnicas e acompanhou, com a presença de diversos e renomados especialistas locais, exemplos de trabalho nesse segmento, percorrendo não apenas a cidade de Barcelona, mas sítios em todas as regiões da Catalunha, como Montserrat, Terrassa, Vall del Boi, entre outros. Naquela ocasião, Raquel também abriu a sua casa ao grupo, revelando um pouco de sua história e concedendo uma entrevista, ainda inédita, sobre sua trajetória e sobre seu posicionamento acerca de diversos temas.

Raquel Lacuesta Contreras, em sua residência em Barcelona, em fevereiro de 2016, durante entrevista concedida às pesquisadoras Elena Salvatori e Paula Ramos



Fotografia: Paula Ramos

Raquel Lacuesta Contreras, autora de dezenas de artigos e livros de referência sobre patrimônio na Espanha, membro da “Reial Acadèmia Catalana de Belles Arts de Sant Jordi” e conhecida por sua excepcional energia na produção técnica e acadêmica, abre o dossiê ARTE, PATRIMÔNIO E MUSEU com o artigo *O historiador da arte como agente e responsável da conservação da obra artística*. No momento em que se consolidam os cursos de graduação em História da Arte no Brasil² e muitos egressos buscam posicionar-se profissionalmente, a autora chama a atenção para esse campo de trabalho e, em especial, para as políticas patrimoniais e para a importância de se conhecer algo geralmente pouco ou nada contemplado nos currículos dos cursos: a legislação.

[...] Um historiador da arte ou de qualquer outra ramificação da história ignora, ao sair da universidade, a existência e o alcance das leis (estatais e autonômicas) de proteção do patrimônio cultural, da legislação urbanística e do Código de Edificações, ou, simplesmente, o que é e para que serve um catálogo de patrimônio urbano, ambiental, histórico-artístico e arquitetônico. Também não lhe mostraram os aspectos da Constituição ou do Código Penal pertinentes à proteção monumental. Essa deficiência generalizada na formação dos historiadores faz com que percam, amiúde, credibilidade ante outros agentes da restauração, especialmente entre os urbanistas (quando planejam ou intervêm nos núcleos históricos) e entre os arquitetos projetistas (quando atuam nos exteriores e interiores dos edifícios), e acarreta sua marginalização naqueles processos, sendo os arqueólogos os únicos que deles participam normalmente, ainda que tampouco com uma implicação sistemática e real. A muitos lhes escapa, por exemplo, que a legislação urbanística determina, ordena e regula quase de uma maneira absoluta a forma de viver das pessoas, influi nos movimentos migratórios e nos processos de mudança, inclusive, da economia familiar e de suas expectativas. E, apesar disso, não há uma vontade manifesta de dirigir a formação dos historiadores em direção a essas questões vitais.

Reflexivo, poético e contundente, resultado da vivência e da reflexão contínua de Raquel Lacuesta Contreras, o artigo defende um papel mais ativo para o historiador da arte; segundo a autora, ele não deve ser apenas o profissional que documenta e analisa obras de arte, mas precisa se colocar como corresponsável pela conservação das mesmas. Traduzido do espanhol por Elena Salvatori, o artigo de Raquel estabelece pontes para outros textos apresentados no dossiê.

² Hoje, existem cinco cursos de graduação em História da Arte no Brasil. O mais antigo deles, oferecido pelo Instituto de Artes da UERJ (Rio de Janeiro, RJ), data de 2002 (professores da instituição, todavia, lembram que ele remonta a 1961, inicialmente ligado ao Instituto de Belas Artes da Secretaria de Cultura do Estado da Guanabara). O curso da UERJ é seguido por quatro bacharelados em universidades federais, criados com a implantação, em 2008, do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). As universidades que oferecem graduação em História da Arte são: UNIFESP (Guarulhos, SP) e UFRJ (Rio de Janeiro, RJ), instaurada em 2009; UFRGS (Porto Alegre, RS), surgida em 2010, e UnB, que iniciou suas atividades em 2012.

Um museu e seus públicos: relato de duas experiências do Museu Nacional de Arte Antiga (Portugal), apresentado pelo curador e historiador da arte Paulo Gomes (Instituto de Artes/UFRGS), também alinhava aspectos de patrimônio, instituições museais e políticas culturais. Paulo, que entre 2015 e 2016 realizou seu estágio Pós-Doutoral junto à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, investigando as relações da obra de Pedro Weingärtner (1853–1929) com a pintura naturalista portuguesa, apresenta-nos um interessante informe sobre duas iniciativas capitaneadas pelo Museu Nacional de Arte Antiga de Portugal (MNAA), de grande repercussão midiática no período de 2015–2016. Trata-se dos projetos *ComingOut – E se o museu saísse à rua?*, que levou reproduções de obras às avenidas e aos muros da capital, fomentando tanto a divulgação do acervo, como uma relação de responsabilidade do público para com o mesmo, e a subscrição *Vamos pôr o Sequeira no lugar certo*, visando à aquisição de uma pintura do português Domingos Sequeira (1768–1837) para o acervo do MNAA.

Observador arguto das políticas públicas para a área da cultura, Paulo Gomes nos convida a refletir sobre estratégias de mecenato, difusão cultural e visibilidade em tempos de crise econômica e institucional. Não estaria aqui um exemplo para os museus brasileiros?

Humberto Farias de Carvalho (Escola de Belas Artes/UFRJ), também partindo de uma vivência pessoal, oferece subsídios para pensarmos o funcionamento dos museus de arte e a atuação de seu corpo técnico. Em 2014, ele, que é conservador/restaurador, realizou uma residência de três meses junto ao Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, em Madri, Espanha. Ali, Humberto observou, em especial, as práticas adotadas no Laboratório de Conservação e o processo de montagem de exposições temporárias, interagindo com os profissionais do museu e com os curadores convidados. Dessa experiência, seguida do aprofundamento das questões que afloraram durante e após a mesma, discute a natureza das relações de trabalho entre curadores e conservadores de instituições de arte. Constatando que os mesmos tendem a trabalhar em campos isolados, ainda que dentro da mesma instituição, Humberto Farias de Carvalho propõe a transdisciplinaridade como alternativa para o compartilhamento de experiências e defende, entre outros, *o conservador como curador*, título de seu texto.

Se os três primeiros artigos do dossiê enfatizam aspectos relacionados à prática profissional dos agentes da cultura e às estratégias museais, os dois seguintes dedicam-

se a estudos da recepção de tradições europeias no Brasil. Rodrigo Bastos e Luiz Freire têm dedicado suas pesquisas ao período colonial brasileiro, e são autores de obras de referência na área. Entre os livros publicados, estão, de Rodrigo, *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711–1822)* (São Paulo: Edusp, 2013), e, de Luiz, *A talha neoclássica na Bahia* (Rio de Janeiro: Versal, 2006).

No artigo *O vocabulário doutrinário de Alberti e a sua assimilação na arquitetura luso-brasileira*, Rodrigo Bastos (Departamento de Arquitetura/UFSC), observando alguns ícones da arquitetura religiosa do século XVIII no Brasil – como a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e a Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, todas em Ouro Preto – e embasado por rigorosa pesquisa em documentos de época, identifica os preceitos que condicionaram a fábrica artístico-constructiva do período: *segurança, comodidade e perfeição*. Ligados aos princípios de *solidez, utilidade e beleza*, preconizados por Vitruvius desde a Antiguidade (*firmitas, utilitas e venustas*) e retomados por Leon Battista Alberti (1404–1472) no Renascimento, os conceitos evidenciam a circulação dessas doutrinas em âmbito local, alimentando os processos de invenção, disposição e ornamentação da arquitetura luso-brasileira.

Já Luiz Freire (Escola de Belas Artes/UFBA), em *A Divina Pastora e as heroínas do Antigo Testamento*, apresenta um dos resultados de sua investigação de Pós-Doutorado (2014–2015), realizada junto à Universidade Federal de Minas Gerais, sob tutoria de Magno Mello. No texto, Luiz exibe e analisa as pinturas que adornam o teto da Igreja de Nossa Senhora Divina Pastora, no município homônimo, a cerca de 40 quilômetros de Aracaju, Sergipe. Atribuídas ao artista baiano José Theófilo de Jesus (1770–1847), as imagens ilusionistas são encontradas no nártex, na nave, na capela-mor e na sacristia, e apresentam um programa iconográfico específico, tendo a Virgem Maria como pastora e associando-a a quatro heroínas do Antigo Testamento: Judite, Ester, Jahel e Raquel. Vestidas à moda do século XVIII e com um indefectível apelo rococó, as figuras ladeiam a imagem central e delicada da Virgem, que exibe o Menino Jesus, ao mesmo tempo em que apascenta o rebanho. O pesquisador, ao cruzar aspectos bíblicos, iconográficos e da cultura local, tece uma vívida interpretação para o conjunto, um dos mais representativos da arte sacra brasileira, tombado em 1941 pelo IPHAN.

Os processos de tombamento, as leis e os documentos chancelados por instâncias governamentais certamente auxiliam na defesa do patrimônio, mas até que ponto? Esse tema tangencia as reflexões de Francisco Marshall (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS) em *Carta de Veneza, 1964: notas de leitura*, artigo que fecha o dossiê. Referência para a área de Conservação e Restauro, bem como para campos correlatos, a Carta Internacional de Restauro, conhecida como Carta de Veneza, foi elaborada durante o II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em maio de 1964, na cidade italiana que lhe dá nome. Naquele momento, foi criado o ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), que, desde então, compõe com o ICOM (International Council of Museums, 1946) os organismos da UNESCO no campo da herança cultural. Discutida e complementada em diversos congressos internacionais, a Carta de Veneza tem sua autoridade preservada como fonte de referência, mais de meio século após sua elaboração.

[...] Com o crescimento demográfico, a globalização, as crises econômicas, a inconsistência cultural e educacional do povo e de seus representantes (governantes), a voracidade das incorporadoras, o triste e epidêmico vandalismo iconoclástico e, menos que tudo isto, a usura do tempo, ampliam-se sempre as ameaças ao patrimônio. Sua proteção não é, nem de longe, atribuição específica da área de Conservação e Restauro [...]. Trata-se de uma mobilização que deve ser reconhecida e praticada por toda a sociedade, na defesa de sua paternidade e maternidade, nossa visão da memória e dos cenários, signos e símbolos que nos constituem. Em vista disto, acender a discussão desta Carta de Veneza e atualizá-la conta entre as bandeiras políticas prioritárias para a sociedade, em busca de qualidade de vida em ambientes dotados de beleza e significado.

Apresentando uma leitura crítica e contemporânea do documento, o historiador e arqueólogo também nos conchama a assumir, como já defendera Raquel Lacuesta Contreras, papel ativo na salvaguarda de nosso patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, ambiental.

Contemplando aspectos múltiplos da tríade *arte – patrimônio – museu*, o presente dossiê tem como diferencial a *vivência* de seus autores com os objetos e temas discutidos: todos os artigos partem ou de situações experimentadas durante a pesquisa de campo ou são resultado de reflexões decorrentes de suas trajetórias. Aos estimados colegas que aceitaram o convite para integrar a publicação, o agradecimento da organizadora; aos leitores, boa leitura!